

Termina a convocação extraordinária. Presidentes do Senado e da Câmara instalam hoje a nova sessão legislativa

Renan: Congresso acata os anseios da sociedade

O Parlamento está dando uma resposta precisa aos anseios da sociedade, mostrando compromisso, zelo e responsabilidade legislativa para com a nação. Essa declaração foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao conduzir a sessão que promulgou duas emendas constitucionais. Uma delas reduz de 90 para 55 dias o recesso parlamentar e acaba com o pagamento extraordinário pela convocação do Congresso. A outra permite a contratação de agentes comunitários de saúde mediante processos seletivos públicos, sem a exigência de concurso público. “O Congresso trabalhou duro no período da convocação. Aprovamos medidas da maior importância”, disse Renan, destacando a votação de propostas como a gestão de florestas públicas, a ampliação do ensino fundamental e a regulamentação da reforma do Judiciário. **Página 5**



José Cruz

Ao lado de Aldo Rebelo, Renan Calheiros (D) preside a sessão do Congresso

“O dia de hoje vai entrar para a história do Parlamento brasileiro. A promulgação da emenda que reduz o recesso parlamentar e acaba com o pagamento em dobro nas convocações extraordinárias coloca um ponto final numa polêmica que vem se arrastando há anos e anos.”

RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE DO SENADO



Moreira Matiz

Plenário lotado no último dia de trabalho extraordinário: senadores discutiram e votaram matérias importantes e polêmicas em sessão que se estendeu até as 23h07. Convocação deixa saldo de 59 propostas aprovadas

Timemania poderá ajudar clube de futebol

Uma nova loteria, a Timemania, poderá ajudar os times de futebol a saldarem dívidas junto ao governo federal. O projeto aprovado pelo Senado volta ao exame da Câmara. **Página 3**

Benefício a agricultor nordestino

Depois de muito debate, o Plenário do Senado aprovou ontem à noite o projeto que renegocia dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do

Nordeste (Adene). O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra, manifestou apoio à proposta, enquanto o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, defendeu o

adiamento da votação. O Plenário aprovou diversas matérias, inclusive projetos que regulamentam a reforma do Judiciário e ampliam a área do Parque Nacional de Brasília. **Páginas 3 e 4**

Proteção para a Mata Atlântica

A criação de novas regras para a utilização e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica foi acolhida ontem pelo Plenário, mas retornará ao exame da Câmara por ter sofrido emendas. **Página 4**

Nascimento assegura qualidade das obras e afirma que cautelas adotadas pelo governo na contratação das empreiteiras afastam risco de desvio de recursos

Ministro repele críticas à operação tapa-buracos

O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, refutou ontem, em audiência pública, as críticas de que a contratação de empresas com dispensa de licitação, na chamada operação tapa-buracos em andamento nas rodovias federais, possa dar margem a desvios de recursos. Como exemplo da eficácia dos controles adotados, ele disse que os serviços emergenciais serão pagos apenas depois de auditoria específica, cautela não adotada nas obras por licitação.

– Se [a empreiteira] tapar buraco com areia ou fora das normas técnicas vai perder dinheiro, porque não vai receber – garantiu o ministro na audiência promovida pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de

Infra-Estrutura (CI).

De acordo com Nascimento, os trechos entregues sem licitação são minoritários dentro dos 23,8 mil quilômetros enquadrados no programa de obras emergenciais. Envolveriam apenas 6,4 mil quilômetros, dos quais 2,8 mil quilômetros são referentes às estradas que haviam sido atualizadas em 2002. Em razão disso, frisou, o governo estava impedido de adotar providências prévias para as licitações relativas a essas rodovias.

A operação tapa-buracos, que irá custar R\$ 440 milhões, tem sido alvo de críticas da oposição, que vê na iniciativa interesse eleitoreiro, sobretudo porque os problemas nas estradas são antigos e poderiam ter sido tratados

fora de programas de emergência. O argumento foi arrolado nos dois requerimentos que originaram o convite ao ministro para o debate, assinados pelos senadores José Jorge (PE), líder da Minoria, e César Borges (BA) e Heráclito Fortes (PI), todos do PFL.

No programa emergencial, observou Nascimento, foram adotadas outras cautelas na seleção das empreiteiras. Todas as candidatas – pelo menos três por obra – tiveram de oferecer desconto mínimo de 20% nos valores, com base nos preços de referência. Com isso, assinalou o ministro, ficou afastado o risco de superfaturamento dos serviços.

Ele esclareceu que parte das estradas está sob serviço emergencial por decisões da Justiça ou



Ao lado de Luiz Otávio e Heráclito, Nascimento (segundo à esquerda) fala na audiência

do Tribunal de Contas da União para que fossem feitas melhorias urgentes. No caso das rodovias atualizadas em 2002 (14,5 mil quilômetros), o ministro afirmou que foram repassados aos 15

estados R\$ 1,8 bilhão para obras. Diante do impasse com os governadores, as rodovias ficaram sem manutenção e muito deterioradas, o que obrigou a União, agora, a assumir os trabalhos.

Seleção obedeceu critério técnico, diz Nascimento

Alfredo Nascimento foi questionado sobre a presença, na lista das empreiteiras contratadas sem licitação, de firmas investigadas pelo TCU por superfaturamento. Entre essas, estaria a Delta, que havia doado recursos para campanhas petistas, como lembrou José Jorge.

O ministro afirmou que as escolhas obedeceram a critérios que incluíam a garantia de desconto e capacidade de rápida mobilização pela atuação em obras em trechos próximos. Ele declarou que o exame passou ao largo de supostas relações partidárias mantidas pelas firmas ou se já haviam sido ou não doadoras de campanhas.

– Não me interessa que empresa está fazendo o serviço. Só posso assegurar que nenhuma

doou ou fará doações para minhas campanhas.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) observou que a imagem do programa perante a opinião pública é negativa e Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a operação decorre de descaso dos governos atual e anterior.

Vários senadores cobraram esclarecimentos sobre denúncias de que obras estariam rapidamente se deteriorando. Com relação a trecho da BR-364 em Mato Grosso, objeto de recente reportagem no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, Nascimento afirmou que se trata de obra de um outro programa ministerial – o Crema – cujos serviços estariam sendo executados pelo estado, mediante convênio. Salientou que a denún-

cia está sendo investigada.

Senadores governistas elogiaram o ministro pelo trabalho à frente da área de Transportes. De acordo com o senador João Ribeiro (PL-TO), desde que Alfredo Nascimento assumiu o cargo, “a paz e a tranquilidade” passou a reinar naquela pasta. Outros parlamentares, tanto da base de apoio como da oposição, aproveitaram a oportunidade para cobranças e críticas em relação a obras em seus estados.

O diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Mauro Barbosa da Silva, também participou da audiência pública. Os senadores optaram, contudo, por concentrar o debate em perguntas dirigidas ao ministro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Abertura do ano legislativo

Às 16h, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, abre a sessão solene de instalação dos trabalhos do novo ano legislativo. Na ocasião, será feita a entrega, por

Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil, da mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional. Está prevista a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, entre outros convidados.

Fundos de pensão

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão toma, hoje, depoimentos de Jorge Ribeiro dos Santos, da corretora São Paulo; Helenice Honório Morales e José Osvaldo Morales, da Novinvest; e Ricardo Tochikago Nakatsu, da NK Prestação de Serviços.

Lista de Furnas

A CPI dos Correios ouve, hoje, o ex-diretor de Furnas Dimas Toledo, protegido por *habeas corpus*. A sua assinatura aparece na lista que indica 156 políticos como beneficiários de desvios na estatal. Ele nega a autenticidade do documento.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Demostenes Torres, Tião Viana, Antero Paes de Barros, Romeu Tuma e Mão Santa e pelas senadoras Ana Júlia Carepa e Serys Shlessarenko



ACM, entre Delcídio, Mercadante e Lobão, preside trabalhos da Comissão de Justiça

Doações aos partidos políticos poderão ser deduzidas do IR

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o projeto de lei que estabelece incentivos fiscais às doações para partidos políticos e candidatos a cargos eletivos. No caso de empresas, as doações ficam limitadas a 2% do lucro operacional e deverão ser feitas apenas por cheque nominativo ou transferência bancária, em contas específicas, abertas segundo instruções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A proposta, aprovada em decisão terminativa, foi sugerida pelo próprio tribunal e tem como primeiro signatário o presidente do Senado, Renan Calheiros.

De acordo com o projeto, as pessoas físicas poderão fazer doações seguindo critérios da legislação que rege o Imposto de Renda das Pessoas Físicas, no valor máximo de 6% do IR devido. Continuarão proibidas as doações de entidades públicas ou sindicais, de concessionário ou permissionário de serviço público, de instituições e governos

estrangeiros.

Segundo o relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), o projeto estimulará as doações às campanhas eleitorais. "É evidente que a possibilidade de dedução do IR das doações a partidos políticos e candidatos constituirá forte estímulo para que essas contribuições sejam feitas de forma oficial e transparente, o que favorecerá fortemente o aumento de doações lícitas às campanhas eleitorais – afirmou o relator.

Inelegibilidade

Outros dois projetos que tratavam de reforma na legislação eleitoral, incluídos na pauta da reunião de ontem da CCJ, tiveram suas votações adiadas em razão de pedidos de vista de Sibá Machado (PT-AC). Uma das propostas (PLS 390/05) torna mais rigorosa a Lei das Inelegibilidades (64/90). O outro projeto (PLS 391/05) estabelece que tanto o julgamento das contas dos candidatos eleitos quanto a divulgação do resultado devem ocorrer antes da diplomação.

Senadores acolhem dois projetos para agilizar julgamento na Justiça

Com o objetivo de dar agilidade aos processos judiciais, foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado mais dois projetos de lei que complementam a reforma do Judiciário. Uma das propostas restringe o uso do recurso extraordinário, deixando-o somente para questões relevantes que tenham ampla repercussão. O recurso extraordinário é julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a última instância para ações que envolvam dispositivos constitucionais.

O outro projeto (PLS 14/06) disciplina o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos. Com essa possibilidade criada pela reforma,

em caso de grave violação dos direitos humanos, o procurador-geral da República pode solicitar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que o julgamento seja transferido da Justiça estadual para a federal. O caso de maior repercussão objeto de pedido de federalização, o do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, teve o deslocamento de competência negado pelo STJ em junho último, por falta de regulamentação do dispositivo.

As proposições, que receberam parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foram relatadas por José Jorge (PFL-PE), seguirão para deliberação da Câmara dos Deputados.

Entre as mudanças acolhidas pelos senadores está o prazo de 180 meses para parcelamento, pelos clubes de futebol, dos débitos vencidos até setembro de 2005

Senado aprova Timemania, que volta ao exame da Câmara

O Plenário do Senado aprovou, ontem, projeto de lei da Câmara que cria uma nova loteria, a Timemania, cuja arrecadação vai ajudar os times de futebol a saldarem dívidas junto ao governo federal, além de viabilizar investimentos no desenvolvimento dessa prática esportiva. Por ter sofrido alterações na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), acolheu 13 emendas –, a matéria (PLC 143/05) volta a ser examinada pela Câmara.

Segundo projeção da Caixa Econômica Federal, que irá operacionalizar a Timemania, cerca de R\$ 500 milhões deverão ser arrecadados por ano. A iniciativa vai permitir aos clubes de futebol parcelar, em até 180 meses, débitos vencidos até 30 de setembro

de 2005 junto à Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, à Previdência Social, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A fixação desse prazo de parcelamento foi uma das mudanças realizadas pelo Senado.

Outras duas emendas acolhidas por Tuma, e destacadas durante a votação em Plenário, foram apresentadas pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Flávio Arns (PT-PR). No primeiro caso, o clube que tiver qualquer dirigente condenado por crime doloso ou contravenção, em qualquer instância da Justiça, ficará impedido de receber benefícios decorrentes da Timemania, a não ser que decida excluí-lo de seus quadros. Para Alvaro Dias, a

emenda “é a favor da moralização do desporto nacional”. A emenda de Arns também garante prazo de 180 meses para parcelamento de dívidas federais de entidades sem fins lucrativos registradas no Conselho Nacional de Assistência Social.

A Timemania – cuja aprovação em Plenário foi defendida por quase 20 senadores – será uma loteria semelhante à Mega-Sena, mas, em vez de números, deverá ser utilizada uma combinação dos escudos dos clubes de futebol para premiar os apostadores que acertarem as combinações corretas. Parte dos recursos arrecadados será destinada ainda ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), às Santas Casas de Misericórdia e a entidades hospitalares sem fins lucrativos.

Indicação do jurista Lewandowski ao STF passa no Plenário

O Plenário acolheu ontem, por 63 votos favoráveis e 4 contrários, a indicação do desembargador Enrique Ricardo Lewandowski para ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga de Carlos Mário Velloso.

Ao defender a indicação, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou a aprovação, unânime da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) se disse impressionado de maneira positiva com a indicação do presidente Lula, que optou por não fazer uma “nomeação partidária”.

O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), elogiou a exposição feita por Lewandowski na sabatina. O relator, Ramez Tebet (PMDB-MS), destacou o conceito e o saber jurídico do indicado.

Romeu Tuma (PFL-SP) recordou a luta do jurista, ao lado de dom Paulo Evaristo Arns, em defesa dos direitos humanos. José Sarney (PMDB-AP) comentou a “brilhante carreira” de Lewandowski. Os demais senadores foram unânimes na aprovação da mensagem, reconhecendo o acerto da escolha por Lula.



Senadores apreciam diversas propostas no último dia da convocação extraordinária

Ratificado acordo Brasil-Portugal para execução de pena

O Senado acolheu ontem o Projeto de Decreto Legislativo 561/05, que ratifica o Tratado sobre Transferência de Presos Condenados, assinado entre os governos do Brasil e de Portugal. Também foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 36/06, sobre memorando de entendimento assinado entre Peru e Brasil para proteção e vigilância da Amazônia. As duas matérias deliberadas vão à promulgação.

O governo poderá ainda fazer a doação de cinco aeronaves à Força Aérea do Equador, conforme o projeto de lei da Câmara (PLC 95/05) aprovado e que vai à sanção presidencial.

Cidade Digital será implantada com ampliação de reserva

Foi aprovado ontem pelo Senado projeto de lei da Câmara que altera os limites do Parque Nacional de Brasília, de 30 mil para 41,8 mil hectares (PLC 19/06). A reformulação dos limites do parque vai permitir a implantação da Cidade Digital em Brasília, uma vez que retira da área de preservação ambiental o espaço cedido para a criação do pólo tecnológico. O projeto, de autoria do presidente da República, faz parte de um acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que concordou em ceder a área para o pólo em troca da ampliação da reserva ecológica.



Maciel considera insuficientes os recursos destinados à população do Nordeste

Maciel cobra mais ações do governo contra a seca

Marco Maciel (PFL-PE) disse considerar que os recursos destinados pela MP 278/06 ao socorro da população nordestina atingida pela seca – R\$ 80 milhões – são insuficientes.

Para o senador, esse socorro emergencial dado pelo governo é semelhante à operação tapa-buracos, que destinou verbas emergenciais para a recuperação das rodovias. Segundo ele, os dois problemas são antigos, previsíveis e se repetem em razão do contingenciamento de verbas. Maciel cobrou a aplicação de mais verbas para o socorro aos atingidos pela estiagem e a realização de mais investimentos para evitar a repetição do problema.



Mão Santa lembra os 40 anos do PMDB e defende candidatura própria do partido

Mão Santa rechaça coligação com PT para Presidência

Mão Santa (PI) lembrou, em discurso, a proximidade do aniversário de 40 anos do seu partido, o PMDB, no dia 24 de março, para refutar a possibilidade de a agremiação entrar nas eleições presidenciais coligada com o PT. O senador ressaltou que o PMDB tem uma "tradição histórica e ideológica a preservar", o que não lhe permite desistir do lançamento de uma candidatura própria em favor do PT.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) associou-se às palavras de Mão Santa.

– O PMDB tem o crédito da nação por tudo o que fez em favor da democracia e da liberdade – disse Amir Lando.

Projeto que concede 25 anos para amortização de dívida de agricultores nordestinos recebe apoio em Plenário, mas impacto sobre contas públicas pode justificar veto

Repactuação de dívida rural passa no Senado, mas pode ser vetada

O projeto da Câmara que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A proposição, que autoriza a renegociação de dívidas agrícolas contratadas até dezembro de 2000, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), deverá ser vetada pelo Executivo sob a alegação de onerar demasiadamente as finanças públicas.

A proposta (PLC 142/05) estabelece um prazo de 25 anos para a amortização das dívidas renegociadas, incluídos quatro anos de carência. Além dessas vantagens para os agricultores, o projeto prevê, no caso do pagamento em dia das prestações, a concessão de descontos de 3% sobre o saldo devedor.

Durante o encaminhamento da votação, vários senadores da oposição e do bloco de apoio ao governo ocuparam a tribuna para defender a aprovação da matéria. O relator Fernando Bezerra (PTB-RN) destacou, em seu parecer favorável, o caráter distinto da agricultura no Nordeste, devido

às secas frequentes na região.

– O Nordeste é diferente e assim deve ser tratado por nós. A inadimplência atinge atualmente 39,9% dos financiamentos rurais e o produto interno bruto (PIB) agropecuário da região desde 1990 vem decrescendo – informou.

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, justificando a disposição do Executivo de vetar a matéria, chamou atenção para o impacto fiscal do projeto sobre as contas públicas. O montante total de R\$ 16,7 bilhões, destacou, deverá ser muito maior que o volume total de investimentos

programados no Orçamento da União em 2006.

– O que é mais grave é que apenas 519 contratos serão beneficiados com um volume estimado de recursos da ordem de R\$ 6 bilhões – disse Mercadante.

Líder do PFL, José Agripino (RN) propôs ao governo a exclusão dos contratos de maior valor para que a matéria possa ser sancionada. Antecipando-se a um possível veto presidencial ao projeto, Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Ramez Tebet (PMDB-MS) defenderam a sua derrubada pelo Congresso Nacional.



Mercadante (em pé), conversa com Renan e Fernando Bezerra, durante votação da matéria

Aprovadas regras de utilização da Mata Atlântica

O Plenário do Senado aprovou na noite de ontem o projeto da Câmara que cria novas regras para a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica. Como a matéria sofreu emendas, uma das quais referente ao sistema de indenização em caso de desapropriação, a matéria volta ao exame dos deputados.

O projeto (PLC 107/03) previa indenização, caso a lei prejudicasse os ocupantes de área com "potencial econômico", conceito considerado muito amplo. Segundo o relator da matéria, senador César Borges (PFL-BA) e o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), essa possibilidade poderia gerar uma "indústria de indenizações". Borges, que passou cerca de um ano costurando um acordo, conseguiu do governo a promessa de não vetar a matéria caso a indenização fosse estabelecida com diversas restrições, mas sem desrespeito aos direitos legais dos ocupantes das terras.

Por 28 votos a 22, foi rejeitada

emenda apresentada em Plenário por Leonel Pavan (PSDB-SC), que tentava garantir direitos de indenização prévia a ocupantes de terras com "capacidade de uso".

O texto original, do então deputado Fábio Feldmann, apresentado em 1992, cria o Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, destinado ao financiamento de projetos de restauração ambiental e de pesquisa científica. Prevê ainda, entre outras medidas, programa de crédito destinado ao proprietário ou posseiro que tenha vegetação primária (original) ou secundária (modificada) em estágio avançado e médio de regeneração, e estabelece o regime de proteção da região.

Área urbana

De acordo com César Borges, a proposta prevê, em áreas urbanas e regiões metropolitanas, a supressão da vegetação secundária, sob certas condições, para fins de loteamento e edificação, levando em conta atividades de interesse social. Tais atividades são consi-

deradas imprescindíveis para a proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo; controle da erosão; erradicação de invasoras; e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). São também consideradas de interesse social as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar, bem como as demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do Conama.

Fica proibida a supressão de vegetação primária do bioma Mata Atlântica para fins de loteamento ou edificação nas regiões metropolitanas e áreas urbanas. Quanto à vegetação secundária, são estabelecidas restrições.

A Mata Atlântica corresponde a uma estreita faixa de florestas ao longo da costa leste do país, estendendo-se do Ceará ao Rio Grande do Sul.

Paulo Bernardo quer esclarecer denúncia de ex-assessora do PT

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, poderá depor na próxima semana na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre denúncias da ex-assessora do PT Soraya Garcia, que acusou o ministro, em recente depoimento à CPI, de ser um dos principais responsáveis pela utilização de caixa dois na campanha de reeleição do prefeito de Londrina, Nedson Micheletti, em 2004.

A idéia de prestar os esclarecimentos partiu do próprio ministro, que enviou carta ontem ao presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), na qual relata o desejo de depor o mais breve possível. Paulo Bernardo informou que não poderia comparecer no decorrer desta semana devido a compromissos já agendados, mas prontificou-se a depor na próxima semana, na qualidade de convidado.

CPI aguarda perícia sobre lista de Furnas e ouve Dimas Toledo

O presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou ontem que, apesar de o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ter dito à imprensa estar à disposição da CPI, seu depoimento não acrescentaria muito às investigações sobre a chamada "lista de Furnas". O documento supostamente beneficiados pelo repasse irregular de recursos da estatal Furnas Centrais Elétricas, nas eleições de 2002. Para o senador, os parlamentares devem ater-se primeiro às investigações da Polícia Federal, que está fazendo a perícia da lista.

Delcídio explicou que a reunião administrativa da CPI, prevista para ontem, foi cancelada para que se pudesse analisar requerimentos e limpar a pauta da comissão, que se encaminha para a conclusão das investigações.

O presidente da CPI confirmou para hoje o depoimento do ex-diretor de Furnas Dimas Toledo, suposto autor da lista de 156 nomes. Delcídio afirmou que está sendo avaliada a convocação do lobista Nilton Monteiro, que entregou a lista à PF. O senador disse acreditar que Duda Mendonça deverá ser ouvido novamente na CPI depois do carnaval.

Simon pede presença de Lula na abertura dos trabalhos de 2006

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que promovesse um entendimento entre os líderes partidários do Senado e da Câmara para viabilizar a vinda do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso. Simon citou informações publicadas ontem na imprensa segundo as quais o presidente havia desistido de comparecer hoje à abertura dos trabalhos legislativos de 2006, em razão de boatos de que ele seria recebido com faixas e manifestações por parte de parlamentares da oposição.

– A notícia de que o presidente não viria porque seria mal recebido pela Casa é ruim perante a opinião pública. O presidente deve estar na abertura dos trabalhos da Casa, que é um dos dias mais importantes no Parlamento. É nessa ocasião que ele apresenta seus objetivos para o ano – sustentou Simon.



Medida deveria ser adotada pelos demais Poderes da República, opina Serys

Serys apóia luta do Conselho de Justiça contra o nepotismo

Serys Silhessarenko (PT-MT) manifestou ontem seu apoio à resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que procura fechar o cerco contra o nepotismo no Judiciário, dificultando a contratação de parentes também por meio de empresas de terceirização. A senadora disse que medida semelhante deveria ser adotada também pelos demais Poderes da República nas instâncias federal, estadual e municipal.

– O conselho tem colocado na ordem do dia a questão do nepotismo, que já deveria estar superada – afirmou Serys.

A senadora por Mato Grosso exemplificou citando seus filhos que, “embora muito competentes e portadores de diplomas de pós-graduação”, só poderão entrar para o serviço público por meio de concurso, observou ela.

Promulgada ontem emenda constitucional que reduz o recesso parlamentar a 55 dias e acaba com o pagamento em dobro nas convocações extraordinárias do Congresso



Sessão é presidida por Renan (C), que divide a Mesa com Inocêncio Oliveira, Aldo Rebelo, Maurício Rands e Terezinha Fernandes

Congresso mostra compromisso com a sociedade, afirma Renan

Ao conduzir ontem a sessão de promulgação da emenda constitucional que reduz de 90 para 55 dias o recesso parlamentar e acaba com o pagamento extraordinário durante os períodos de convocação do Congresso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o Parlamento mostra à sociedade compromisso, zelo e responsabilidade legislativa.

Também foi promulgada ontem a emenda que permite a contratação de agentes comunitários de saúde mediante processos seletivos públicos, sem a exigência de concurso público.

Questionado pela imprensa sobre os motivos pelos quais o Congresso não promulgou a emenda constitucional que acaba com a verticalização nas eleições, Renan ressaltou que o Legislativo aguardará decisão do Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) sobre consulta apresentada ao órgão. Na oportunidade, ele destacou a importância da emenda que reduz o recesso parlamentar (50/06).

– O dia de hoje vai entrar para a história do Parlamento. A promulgação da emenda que reduz o recesso parlamentar e acaba com o pagamento em dobro nas convocações extraordinárias coloca um ponto final numa polêmica que vem arranhando, de maneira inaceitável, a imagem do Legislativo – enfatizou.

O presidente do Senado lembrou que o Congresso é o espelho da sociedade e, por isso, as críticas expressas pela população devem ser recebidas com modéstia e humildade, devendo o Legislativo fazer as mudanças que a sociedade cobrar.

No discurso, Renan mencionou ainda a emenda que permite a contratação de agentes comuni-

tários de saúde por meio de processos seletivos públicos (51/06), afirmando que essas pessoas “são fundamentais na luta contra as precárias condições de saúde do povo brasileiro”.

O senador ressaltou ainda as matérias aprovadas no período de convocação extraordinária. Renan destacou o projeto de gestão de florestas públicas, que ele considera essencial no combate ao desmatamento; as licenças-maternidade e paternidade para quem adota crianças; a ampliação de oito para nove anos do ensino fundamental; e os projetos que darão maior agilidade e eficácia à Justiça brasileira.

– Damos um passo fundamental, ainda, para mudar o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs). Aprovada no Senado, a proposta segue para a Câmara, onde, sem dúvida alguma, vai merecer atenção absoluta.

Novas regras para recesso e convocação

A Emenda Constitucional 50/06 determina a interrupção dos trabalhos legislativos de 23 de dezembro a 1º de fevereiro e de 18 a 31 de julho. Para convocar o Congresso, em caso de urgência ou interesse relevante, será necessária a aprovação por maioria absoluta, na Câmara e no Senado.

A convocação pode ser feita pelo presidente do Senado nos casos de: decretação de estado de defesa ou intervenção federal; pedido de autorização para decretação de estado de sítio; ou posse do presidente e do vice-presidente da República.

Sessão legislativa de 2006 será aberta hoje, no Plenário da Câmara

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ao lado do presidente da Câmara, Aldo Rebelo, instala hoje, às 16h, a 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura do Congresso Nacional, em cerimônia que contará com as presenças do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, e da ministra da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff. A solenidade será realizada no Plenário da Câmara.

Também estarão presentes ministros do governo, do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), líderes do governo e dos

partidos nas duas Casas e os embaixadores da Bélgica, da Áustria, do Uruguai, da Guatemala, da Sérvia e Montenegro, do Canadá, da Colômbia, de Camarões, da Nicarágua, da Tunísia e do Gabão, além do representante da Nunciatura Apostólica.

Em Plenário, o presidente do Senado, a quem cabe presidir as sessões do Congresso, designará quatro parlamentares para conduzirem Dilma Rousseff à Mesa, onde a ministra entregará a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que será lida pelo 1º secretário.

Senado aprova 59 matérias durante a convocação

O Senado aprovou 59 matérias na convocação extraordinária, nos meses de janeiro e fevereiro, contadas propostas de emenda à Constituição (PECs), medidas provisórias (MPs), projetos de lei da Câmara e do Senado, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução e nomes de autoridades indicadas pelo Executivo. Da contagem estão excluídos os requerimentos aprovados.

O Congresso respondeu à pressão popular contra o pagamento adicional aos parlamentares pela convocação, acabando com o benefício. Em um mês, a PEC 8/06 que reduz o recesso de 90 para 55 dias e extingue a remuneração extra foi aprovada em dois turnos, tanto na Câmara como no Senado, e promulgada.

O Senado votou outras medidas de grande impacto, como a PEC 72/05, que modifica as regras de edição de medidas provisórias, para evitar abusos do Executivo; o projeto que trata da gestão de florestas públicas (PLC 62/05) e projetos que regulamentam a Reforma do Judiciário e mudam o Código de Processo Civil.

Entram ainda na lista das matérias aprovadas a proteção da Mata Atlântica (PLC 107/03); a extensão das licenças-maternidade e paternidade para pais adotivos (PEC 31/00); a dispensa de concurso público para contratar agentes comunitários de saúde (PEC 7/06) e a renegociação das dívidas rurais do Nordeste (PLC 142/05). A criação da loteria Timemania (PLC 143/05) e instituição de incentivos fiscais para as doações de pessoas e empresas para partidos políticos e candidatos (PLS 392/05) também estão entre as matérias decididas pelos senadores.

Para muitos parlamentares, esta foi uma das mais produtivas convocações extraordinárias. O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), ressaltou que a Casa votou praticamente 90% da agenda e observa que houve avanço no trabalho das comissões de inquérito.

– As CPIs trabalharam bem; na CPI dos Bingos aprovamos o relatório parcial da GTech e avançamos nas investigações.

Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, também considera que o saldo da convocação foi “bastante positivo”.

– O Senado votou perto de sessenta matérias, todas de grande relevância para o país. As CPIs aprofundaram suas investigações e o Congresso acompanhou o debate nacional – enfatizou.



Antonio Carlos ressalta que de um presidente espera-se seriedade

ACM critica Lula por dizer que "errar é humano"

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou declarações do presidente Lula de que "errar é humano" e de que bastaria pedir desculpas à população pelos erros cometidos em seu governo e pelo seu partido.

O senador disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está cada vez mais "imune à censura", acrescentando que de um presidente da República espera-se que aja com honestidade e seriedade, dentro dos princípios republicanos.

– É só pedir desculpas. Rouba-se e não se sabe quem e de onde roubou e não se tem de volta aos cofres públicos o dinheiro roubado? – indagou o representante da Bahia.



Virgílio destaca que aniversário do PT foi "uma festança da impunidade"

Virgílio: presidente é complacente com os corruptos

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), criticou ontem o presidente Lula por usar o ditado "errar é humano" a título de argumento para justificar os erros do PT. Como, segundo Virgílio, o PT e o governo Lula praticaram corrupção, o presidente estaria sendo complacente com corruptos.

A comemoração dos 26 anos do PT, realizada no último dia 13, foi classificada por ele de "festança da impunidade". O senador disse estranhar que alguns convidados tenham pago até R\$ 5 mil para participar do evento, marcado por um "equivocado requinte".

Projeto aprovado pelo Plenário do Senado deve estimular empresa a optar, no ajuste anual, por doações a fundos destinados a proteger a infância e a adolescência

Pode ficar mais fácil deduzir do IR doações para fundos da criança

O Plenário do Senado votou ontem à noite projeto de lei que altera a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente na parte que permite aos contribuintes deduzirem do Imposto de Renda devido as doações feitas aos fundos dos direitos da criança e do adolescente. O projeto (PLC 51/04) visa desburocratizar as normas da Receita Federal para facilitar o exercício da opção pelos contribuintes e o controle da utilização dos recursos, conforme

afirmou o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Tourinho explicou que mudou o projeto aprovado pela Câmara mesmo sabendo que a matéria terá de voltar àquela Casa. A proposta alterada, disse, não acrescenta benefício fiscal novo, mas apenas facilita e faculta aos contribuintes deduzirem do imposto devido, na declaração do Imposto de Renda, o total das doações feitas aos fun-

dos dos direitos da criança e do adolescente.

– O grande ganho dessa mudança toda, com a concordância do governo, com a segurança de que o governo não vetará esse projeto, é considerar que isso foi um avanço muito grande – observou o relator, que espera ampliar a participação das empresas na opção de doação para esses fundos, que ultimamente, informou, tem atingido apenas 14%. O projeto retorna à Câmara dos Deputados.

Saturnino defende presença de tropas do Brasil no Haiti

Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu ontem a presença das tropas brasileiras no Haiti, como um gesto de solidariedade a um país muito mais pobre que o Brasil e que tenta se reerguer pela via democrática. Ele esteve como observador nas eleições haitianas, e disse ter testemunhado o grande interesse da população em votar e o apoio à presença brasileira.

– Como dizia Afonso Arinos, o Brasil não é forte na guerra; é forte na paz – afirmou o senador, para ilustrar o conceito que fez sobre o trabalho das Forças Armadas no Haiti. Além de manter a ordem, os brasileiros têm cooperado na recuperação dos serviços públicos, ao executar obras diversas.

Saturnino teve a oportunidade de observar o quanto as tropas brasileiras são respeitadas, mesmo nos setores mais rebeldes do país. Ele atribuiu os problemas na realização do pleito à pouca tradição democrática no Haiti, mas chamou a atenção para a garra com que os eleitores buscaram garantir o direito de voto, mesmo sendo optativo.



Jefferson afirma que, se fosse chargista, não abordaria temas religiosos

Jefferson propõe diálogo entre Ocidente e Oriente

Jefferson Péres (PDT-AM) clamou ontem os políticos e líderes religiosos do Ocidente e do Oriente Médio a dialogarem em busca de um entendimento para acabar com os distúrbios provocados pela publicação, em jornais europeus, de charges satirizando o profeta Maomé, fundador da religião islâmica.

O parlamentar do Amazonas observou que, se fosse chargista, não abordaria temas religiosos em seu trabalho, respeitando as crenças alheias, mas considerou a reação de parte da população de países islâmicos desproporcional à ofensa recebida.

Almeida Lima denuncia "adesistas" do PMDB sergipano

Almeida Lima (PMDB-SE) denunciou que "adesistas filiados ao PMDB sergipano optaram por vender o apoio do partido" à candidatura do PFL ou do PT ao governo daquele estado. Como era pré-candidato a representar o PMDB na disputa pelo principal cargo do Executivo estadual. O senador declarou que preferiu sacrificar sua candidatura a ferir seus princípios.

– Os adesistas, comandados pelo deputado federal Jorge Alberto e pelo deputado estadual Marcos Franco, não querem que o PMDB dispute com bravura o cargo de governador do estado. Eles traíram o PMDB de Ulysses Guimarães e o povo sergipano – afirmou Almeida Lima.

Por outro lado, o senador mostrou sua satisfação com as declarações do presidente do Senado, Renan Calheiros, ao jornal *O Globo*, no sentido de que o PMDB terá candidato próprio à Presidência da República e não aceitará indicar candidato a vice nem na chapa do PT nem na do PSDB.



Alvaro garante que CPIs reúnam provas documentais "indesmentíveis"

Alvaro diz que FHC tem provas para se defender de ação

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso terá "um contêiner carregado de provas documentais para levar aos tribunais" se invocar "exceção da verdade" para se defender do processo que o PT anunciou que vai abrir contra ele por difamação. Em entrevista à revista *IstoÉ*, Fernando Henrique teria dito que "a ética do PT é roubar". Exceção da verdade é um mecanismo processual que permite ao réu por crime de calúnia e difamação provar que a acusação por ele desferida é verdadeira.

– As CPIs reúnem provas documentais indesmentíveis, provas testemunhais e confissões estarecedoras – afirmou Alvaro Dias.



Ideli atribui recuperação à mudança para melhor na vida do brasileiro

Ideli comemora pesquisa que mostra melhora do governo

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou a retomada de crescimento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nas intenções de voto para a eleição presidencial. Segundo pesquisa divulgada ontem pelo instituto CNT/Sensus, em um segundo turno Lula teria 47,6% e Serra, 37,6%. De acordo com a senadora, Lula recuperou 14 pontos percentuais nos últimos três meses.

Ela atribuiu a recuperação do presidente a uma mudança para melhor da vida cotidiana da população, proporcionada, a seu ver, pela administração do governo.

Luiz Pontes reassume cadeira no Senado Federal

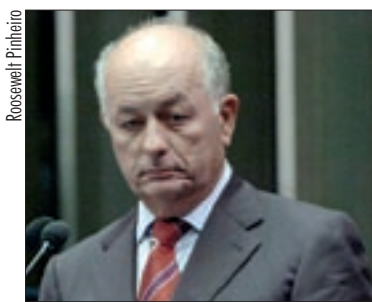
O líder do PSDB, Arthur Virgílio, (AM) saudou a volta do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que estava licenciado, e lamentou que a sessão de ontem tenha sido a última do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE),

suplente de Pontes.

– Pena que o Ceará não possa ter quatro representantes – disse Arthur Virgílio.

Reginaldo Duarte exercia o mandato de senador desde dezembro de 2004, tendo também

representado o Ceará, em razão de afastamentos de Luiz Pontes, durante alguns meses em 2002 e no ano de 2003. Luiz Pontes, que agora retorna ao Senado, ocupava o cargo de secretário de Governo do Ceará.



Bolívia aumentou encargos das empresas produtoras de gás, alerta José Jorge

José Jorge critica investimento da Petrobras na Bolívia

José Jorge (PFL-PE) criticou a decisão da área internacional da Petrobras de investir mais de US\$ 5 bilhões no setor de gás da Bolívia, conforme anúncio do diretor da área, Nestor Cerveró, publicado pelo jornal britânico *Financial Times*.

O senador disse estranhar essa decisão logo após o Congresso boliviano ter aprovado aumento dos encargos das empresas produtoras de gás, incluindo a Petrobras. Ele também lembrou a posição da estatal contra projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que cria marco regulatório para o setor de gás natural (PLS 226/05).

Após a aprovação de todos os relatórios setoriais, presidente do Senado, Renan Calheiros, quer empenho para votar o relatório final da proposta orçamentária

Orçamento de 2006 deverá ser votado antes do carnaval

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conversou na manhã de ontem sobre a proposta de lei orçamentária de 2006 com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), e o relator-geral da matéria, deputado Carlito Merss (PT-SC). Renan afirmou que a proposta será votada até o carnaval.

– Conversei com eles para fazermos um esforço, a fim de votar o relatório final do Orçamento até o carnaval. Já votamos todos os relatórios setoriais. Isso significa que o processo avançou, mas precisamos ainda votar o relatório final – frisou.

Renan destacou que o Brasil precisa de um Orçamento que seja instrumento de contenção de despesa, de transparência do gasto público. Ele afirmou que o processo de votação da pro-

posta orçamentária precisa ser radicalmente modificado, para envolver o Legislativo na sua fase de elaboração.

– Não tem sentido que o governo mande para o Congresso um Orçamento que não prevê aumento para servidores públicos, correção da tabela do Imposto de Renda, recursos para compensar os estados prejudicados com a Lei Kandir, essas coisas que todos os anos o Legislativo é obrigado a fazer. O governo acaba colaborando para transformar o Orçamento numa peça de ficção.

Segundo Renan, está sendo combinado com Aldo Rebelo que o Legislativo trabalhará para compatibilizar o funcionamento normal das duas Casas do Congresso com as eleições deste ano.

– Vou conversar com Aldo para que a gente possa priorizar uma agenda suprapartidária,

de interesse do país. Esse é o compromisso fundamental de todos nós.

Indagado mais uma vez por jornalistas sobre o cancelamento da promulgação da emenda constitucional referente à verticalização, Renan voltou a pedir paciência.

– Vamos ter tempo para promulgar. É sempre recomendável prudência. Claro que a emenda vale para este ano. Por que essa pressa para promulgar? Vamos deixar para depois. Quem sabe seja mais interessante para a relação dos Poderes que o Tribunal Superior Eleitoral decida primeiro sobre a consulta.

Na mesma entrevista, Renan disse que nunca uma corte superior interferiu no funcionamento do Legislativo no Brasil.

– Isso não aconteceu nem com a pena de morte, quanto mais com o fim da verticalização.



Tebet quer redução do desemprego e mais investimentos na região

Tebet destaca industrialização do Centro-Oeste

Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou reportagem do jornal *Correio Braziliense* do último domingo sobre o crescimento industrial da região Centro-Oeste nas últimas duas décadas.

– Estamos saindo da dependência única da atividade agropecuária para uma industrialização que envolve inclusive pequenas cidades, como as sul-mato-grossenses Água Clara e Três Lagoas – enfatizou o senador.

Por outro lado, Tebet cobrou pressa do governo na execução de uma reforma tributária que incentive investimentos e reduza os índices de desemprego verificados no Centro-Oeste.



Para Ana Júlia, empresa repassa muito pouco do seu lucro à União e ao Pará

Ana Júlia: Vale do Rio Doce não traz benefícios ao país

Ana Júlia Carepa (PT-PA) criticou ontem a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, realizada no governo passado, ao mostrar que os elevados lucros não têm trazido nenhum benefício ao país. De acordo com a senadora, a empresa lucrou, de janeiro a setembro de 2005, R\$ 7,8 bilhões, quantia 58% superior ao mesmo período de 2004, mas repassou à União apenas 5% do seu lucro, em 2005, na forma de Compensação Financeira por Exploração Mineral e, ao Pará, 1,54% pela exportação de minérios do estado.

– Muito pouco para quem está tendo suas reservas não-renováveis dilapidadas – afirmou.

Reestimativa feita pelo Congresso é de R\$ 18,3 bilhões

Deputados e senadores do Comitê de Receitas da Comissão de Orçamento aprovaram ontem uma reavaliação das receitas tributárias da União para este ano, que coloca a mais nas mãos do relator-geral até R\$ 18,3 bilhões para fechar as contas do projeto orçamentário. O governo usará esse acréscimo para reajustar o salário mínimo para R\$ 350, corrigir a tabela do Imposto de Renda em 8%, aumentar o funcionalismo público, ressarcir os estados por perdas nas exportações (Lei Kandir) e conceder mais verbas para a saúde, entre outras coisas.

Os técnicos do Congresso identificaram aumento de receitas um

pouco menor – R\$ 15,2 bilhões. Como esse total não bastaria para o relator-geral do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), fechar sem maiores traumas as contas do Orçamento, o Comitê de Receitas autorizou mais 20% sobre o valor encontrado pelos técnicos, ou seja, R\$ 3,05 bilhões a mais. Para o comitê, essa quantia será obtida pelo “aumento da eficiência” na arrecadação, especialmente depois de implantada a Super-Receita, cujo projeto está em votação na Câmara. Com a reestimativa, o Congresso prevê receita líquida de R\$ 458,35 bilhões que o governo federal terá neste ano, um acréscimo de 11,57% sobre o obtido em 2005.



Recursos a mais foram aprovados pelos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento

Paim pede atenção para reivindicações de aposentados

Há no país, segundo Paulo Paim (PT-RS), cerca de 25 milhões de aposentados e pensionistas que, além de seus próprios votos, seriam capazes de influenciar os de outros 50 milhões de eleitores. Para o senador, isso torna plausível a aprovação no Congresso de suas reivindicações, uma vez que este é um ano de eleição. Entre essas demandas está a que visa à extensão do aumento concedido ao salário mínimo, de 16,67%, a todos os rendimentos de aposentados e pensionistas que estejam acima do novo piso de R\$ 350.

Na reunião de ontem da comissão mista que estuda uma política de reajustes para o salário mínimo, da qual Paim é relator, participaram entidades que representam aposentados e pensionistas. Uma das questões mais enfatizadas foi a redução, ao longo dos anos, do poder de compra desse grupo. Paulo Paim também disse que, nos últimos oito anos, “mais de R\$ 40 bilhões da Seguridade Social, que poderiam ter ficado na Previdência, foram destinados para outros fins”.



Demostenes: procuradores da Fazenda Nacional não têm estrutura para atuar

Demostenes apóia greve de procuradores

Ao considerar legítimo o movimento grevista iniciado na segunda-feira pelos procuradores da Fazenda Nacional, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o aviltamento do salário da categoria é um retrato do seu abandono por parte dos governantes. Ele afirmou que os procuradores não dispõem de estrutura mínima para atuar, apesar de serem considerados os guardiões da administração tributária.

Segundo Demostenes, um procurador da Fazenda Nacional ganha hoje menos de um terço do que recebem os integrantes das demais carreiras jurídicas essenciais à Justiça.



Cristovam diz que "é leviano atropelar a educação" com votação em apenas 30 horas

Cristovam pede que fundo seja aperfeiçoado

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez ontem um apelo ao Plenário para que não aprove "de maneira leviana" a Proposta de Emenda à Constituição 9/06, que institui o Fundeb. O parlamentar pediu mais tempo para que o relator, senador José Jorge (PFL-PE), elabore seu parecer e para que os senadores apresentem emendas.

– A proposta esteve no Palácio do Planalto desde 2003 e passou seis meses na Câmara dos Deputados. Como aprová-la no Senado em apenas 30 horas? – questionou.

Cristovam ofereceu algumas saídas para que os recursos do Fundeb possam constar do Orçamento deste ano: o Congresso adiar a votação da lei orçamentária ou incluir no projeto do Orçamento uma rubrica emergencial; ou ainda o governo enviar uma emenda depois que o fundo for aprovado.

O senador disse também que é favorável ao Fundeb, mas lembrou que atualmente a União gasta R\$ 50 bilhões por ano com a educação. A proposta aprovada na Câmara amplia esse valor em R\$ 1,95 bilhão, mas, segundo Cristovam, seriam necessários cerca de mais R\$ 7 bilhões. O parlamentar lembrou que, além de mais recursos, há iniciativas que, na sua avaliação, poderiam "revolucionar a educação": a criação do Ministério da Educação Básica e da Agência de Proteção à Criança, a definição de padrões educacionais mínimos para todo o país e a aprovação de uma lei de responsabilidade educacional.

Ministro da Educação afirma que governo conseguiu preparar caminho para a proposta, somar esforços, despartidarizar o debate sobre a educação e torná-la um projeto de todo o país

Haddad ressalta união com estados e municípios em torno do Fundeb

O ministro da Educação, Fernando Haddad, ressaltou o consenso obtido nos três níveis de governo em torno da proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), durante audiência pública ontem na Comissão de Educação (CE).

Fernando Haddad considerou um "documento histórico" a carta conjunta pela aprovação da proposta firmada pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

– Conseguimos despartidarizar o debate sobre a educação. Fala-se muito em economia, mas procuramos blindar a educação, torná-la um projeto do país. Se não somarmos esforços, não construiremos um país minimamente preparado para enfrentar os desafios da modernidade – alertou.

De acordo com Haddad, a aprovação da proposta na Câmara por larga



Haddad (à esquerda) comparece à Comissão de Educação, ao lado de Camata e de Augusto Botelho

margem – 457 votos contra apenas 5 – foi auxiliada pela convergência entre os três níveis da Federação e por medidas já adotadas pelo governo federal, que, de certa forma, teriam preparado o caminho para o Fundeb. Entre elas, a extensão da merenda escolar às creches e a gradativa implantação do programa de livros didáticos para o ensino médio.

Ao abrir a reunião, o presidente da

CE, senador Gerson Camata (PMDB-ES), destacou que a proposta de criação do Fundeb foi motivo de interesse de ministros da Educação de diversos países, que solicitaram maiores informações a Haddad durante recente reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), da qual o senador participou juntamente com o ministro da Educação.

Comissão de Educação quer rapidez na votação da PEC

A Comissão de Educação enviará ofício a todas as lideranças partidárias solicitando a rápida votação da proposta de emenda à Constituição que cria o Fundeb. A sugestão de elaboração do documento, que pede a adoção de um calendário de votação da matéria, foi aprovada por unanimidade ontem, durante a audiência pública que contou com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad.

Como se trata de uma PEC, a proposta será examinada somente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de seguir para o Plenário, onde será submetida a dois turnos de votação. Durante a audiência pública na CE, o relator da proposta na CCJ, senador José Jorge (PFL-PE), anunciou que apresentaria seu parecer o mais rapidamente possível.

– Mesmo sendo de oposição, sempre consideramos a educação uma questão suprapartidária – declarou.

A decisão de enviar ofício aos líderes nasceu de sugestão da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que ressaltou a necessidade de se aprovar a proposta de criação do Fundeb antes da votação do projeto do Orçamento da União para 2006. Ela observou que o relator do Orçamento, deputado Carlito Merss

(PT-SC), reservou uma dotação para o início da implantação do fundo ainda neste ano.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Roberto Saturnino (PT-RJ) haviam defendido a aprovação do Fundeb ainda durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, que terminou ontem. José Jorge advertiu, no entanto, que o pedido não estava amparado no regimento do Senado. Surgiu, então, a idéia de se apresentar um pedido aos líderes partidários para uma rápida votação da matéria.

Autor de um dos requerimentos de convite ao ministro, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ter recebido pedidos de diversas entidades para que não apresentasse emendas à proposta, uma vez que isso atrasaria a aprovação final pelo Senado. Mas sugeriu a adoção de novas medidas, como a definição, pelo governo federal, de padrões mínimos de salário e de formação para os professores da educação básica.

– O Fundeb é um avanço, mas devemos buscar a federalização da educação básica – sustentou Cristovam, após sugerir que o aporte federal ao fundo alcance os previstos R\$ 4,5 bilhões de imediato, e não apenas den-

tro de quatro anos, como estabelece a proposta em tramitação. Em resposta, Haddad disse que há outras ações do governo federal na educação básica, como as de transporte escolar e de formação de professores. O ministro defendeu a ampliação dos atuais 4% para 6% da proporção dos gastos em educação em relação ao produto interno bruto.

Durante o debate, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) sugeriu o estudo de uma solução para os municípios mais ricos, que não teriam onde gastar os recursos obrigatoriamente destinados à educação, por determinação constitucional. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou a "falta de planejamento" do governo, o que poderia colocar em risco os recursos orçamentários para a educação básica. Por sua vez, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse lamentar que o estado de Santa Catarina não tenha sido beneficiado pelo programa de expansão do ensino superior.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a bancada do seu partido decidiu não votar a PEC sem antes "maturar a proposta e realizar audiências públicas para aprofundar o debate sobre o assunto".



Heloísa lembra que a vigência do Fundeb não será imediata, pois ele precisará de regulamentação

Heloísa propõe debate franco e esclarecedor

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) acusou aliados do governo federal de "agir com ignorância ou má-fé" ao advertir, por meio da imprensa, que, se o Plenário do Senado não aprovasse até ontem a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundeb, a implementação do fundo ficaria inviabilizada em 2006. "Mesmo com a aprovação da PEC, a vigência do fundo não se dará imediatamente, pois será necessária ainda a aprovação de um projeto de lei ou de uma medida provisória regulamentando o assunto", afirmou.

Heloísa disse que resolveu prestar esses esclarecimentos para evitar terrorismo entre trabalhadores da educação e alunos da rede pública. A senadora declarou ainda ser favorável à aprovação da proposta, mas não abrirá mão de submetê-la a um debate "franco e esclarecedor" e aos ajustes necessários durante sua tramitação no Senado.

– Voto a matéria a qualquer momento, pois estamos aqui para trabalhar. Só não posso aceitar é que se promova uma farsa técnica e uma fraude política às minhas custas – desabafou.

Quanto à composição do fundo, ela observou que 99% de seus recursos são bancados por estados e municípios, cabendo uma "parcela ínfima" à União. Em aparte, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) comentou que em nenhum momento a insignificância dessa participação financeira da União foi tocada no debate sobre o assunto na Comissão de Educação.